

“DO DOCE DA RAPADURA AOS NOVOS DESENHOS DO BREJO PARAIBANO”

“FROM RAPADURA SWEET TO NEW OUTLINES OF THE PARAIBANO SWAMP”

Leandro Paiva do Monte Rodrigues, PROINCI/ Universidade Estadual da Paraíba:

paivagba@hotmail.com

Belarmino Mariano Neto, CH/DGH/ Universidade Estadual da Paraíba:

belogeo@yahoo.com.br

Cleityane Sabino Freire, PIBIC/ Universidade Estadual da Paraíba:

cleity_geo@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa estuda a idéia de espaço e tempo na organização espacial do Brejo Paraibano a partir de uma bolsa de pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba e Estagio no SEBRAE. Objetivando-se em analisar as transformações ocorridas nesta região, considerando sua formação socioeconômica com as culturas dominantes e na atualidade, como uma área de produção agrícola diversificada de pequenos agricultores de base familiar. Para este estudo foi necessário a observação participante nas diversas ações que aconteciam na área de estudo; o levantamento histórico-econômico por meio de bibliografias. Assim resulta num novo desenho que é pautado na diversidade de ações como a agricultura ecológica e o turismo, entrelaçados com os atores sociais que trazem mudança para esta região de serras e vales.

Palavras-chave: Brejo, cana-de-açúcar, organização espacial.

ABSTRACT: The research permeate the notion of space-time in space organization of the Paraibano Swamp, from a scholarship of research of Universidade Estadual Da Paraiba and a stage in SEBRAE. Intending to analyse the occurred transformations in this region, considering its social-economical formation with the dominant cultures and in the actuality as a area of varied agricultural production of small agriculturists of familiar basis. It was necessary to this research the participation in observations in the various actions that happened in the study area; and historical-economical survey through bibliographies. So, it results a new outline that is ruled in diversity of actions as ecological agricultur and the tourism, interlaced with the social actors who bring change to this region in mountains and valleys.

Key-words: Swamp, sugar cane, space organization.

Introdução

O trabalho é fruto dos projetos de iniciação científica do Programa Institucional de Iniciação Científica (PROINCI) da Universidade Estadual da Paraíba no curso de licenciatura plena em Geografia entre os anos de 2006/2007 e 2007/2008, e do estágio no Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) agência Guarabira/PB, no qual se teve como área de atuação o Brejo Paraibano.

Este trabalho visa-se compreender as novas dinâmicas estão presentes na área do Brejo Paraibano, analisando as várias formas de uso da terra e as transformações espaciais nela ocorridas, e na sua atualidade a diversidade de ações que acontecem entre os pequenos agricultores, moradores dos sítios que se encontram entre serras e vales do Brejo da Paraíba.

O Brejo Paraibano apresenta uma gama de diversidades, tantos naturais como culturais. O processo de ocupação obedece à colonização de todo território brasileiro, que só se expandiu para o interior por volta do século XVII, entretanto, essa área por apresentar grande irregularidade no seu relevo e por uma elevada umidade e temperaturas amenas tem certa demora na sua ocupação.

Sua exploração tem várias funções, por ser uma área úmida e apresentar solos férteis (similares aos de terra roxa) foram propícios para o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, mas a cana-de-açúcar foi a principal cultura agrícola a se desenvolver, não para a produção do açúcar para a exportação, mas para atender a demanda das ocupações das terras coloniais do Nordeste Brasileiro, os sertões.

Na Paraíba, o Brejo é considerado como uma Microrregião localizada no Agreste da Borborema, ficando a aproximadamente 150 quilômetros de João Pessoa e a 30 quilômetros de Campina Grande. Têm como destaque municípios como Areia, Bananeiras, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Pilões, Borborema, Matinhas e Serraria (Imagem 1):

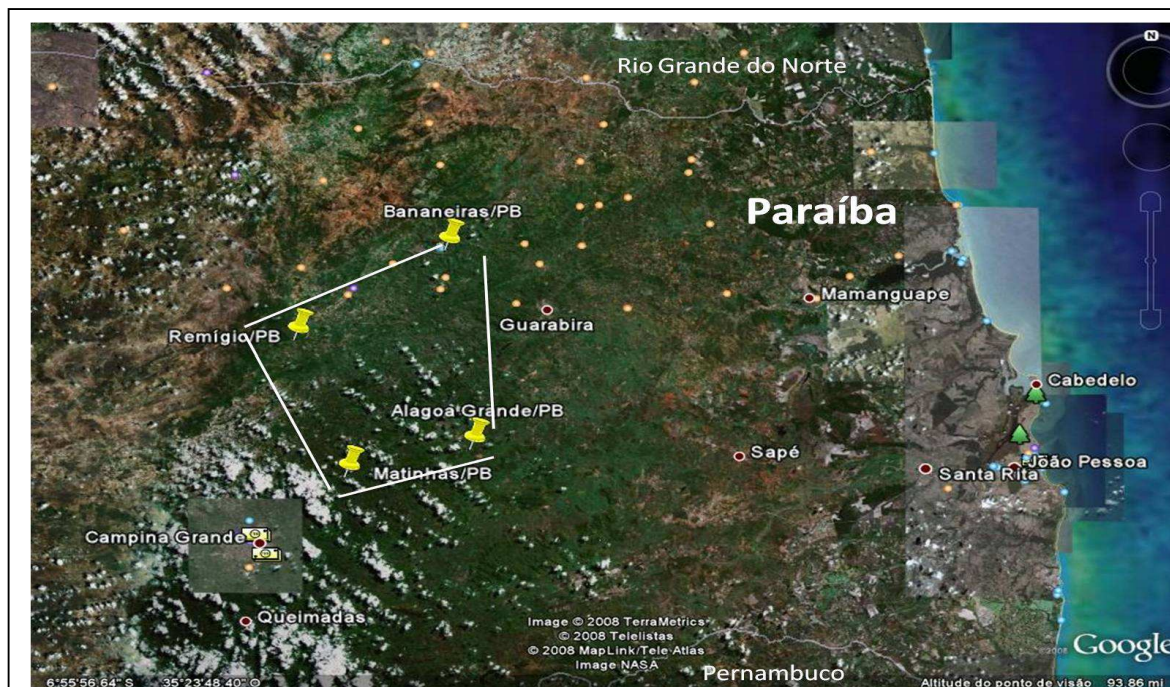


Imagem 1 – Localização do Brejo Paraibano. Fonte: Adaptado do Google Earth, <acesso em 15 de maio de 2008>.

Procedimentos Metodológicos

Segundo Santos (1996) o espaço é uma construção social, processo no qual o homem, a produção, e o tempo exercem papéis essenciais na interação para resultar o espaço geográfico. Com isto considera-se que a sociedade produz e cria o espaço por meio de técnicas em diferentes momentos. Santos (1997, p.25), afirma que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria o espaço”.

Para Moreira; Targino (1997), O espaço agrário paraibano é fruto do processo histórico de ocupação capitalista, com a concentração da terra nas mãos dos senhores de engenho que se estabeleceram a partir dos engenhos, da monocultura canvieira e do trabalho escravo. Com o Brejo esse desenho pode ser considerado o primeiro nesse processo histórico.

O trabalho buscou a compreensão desse híbrido que forma o espaço geográfico, seus diferentes momentos técnicos e a criação do espaço como o Brejo Paraibano que são (re)significados pelas históricas relações sociais, para tanto, seguimos certos procedimentos metodológicos para a compreensão dessas mudanças.

Considerou-se a área de estudo, o Brejo Paraibano, em alguns momentos distintos, onde se podem perceber as mudanças no modelo de produção em três

períodos. O primeiro considera o início da colonização no século XVII; o segundo no final do século XIX até meados do século XX, e; o terceiro período refere-se às duas últimas décadas, entre o século XX e XXI.

Para este trabalho foram realizadas diversas observações em campo, em muitas comunidades que outrora eram áreas de engenhos e hoje estão se organizando em cooperativa, Assentamentos rurais com associações de trabalhadores entre outros e desenvolvendo ações juntas com diversas entidades governamentais e não governamentais.

A pesquisa bibliográfica concernente a considerar o Brejo Paraibano como uma área diferenciada, onde sua colonização não foi pautada apenas na monocultura canavieira ou numa pecuária extensiva como na Zona da Mata para a cana e no Sertão para o gado. Essa área de Brejo terminou por incorporar ao seu espaço, diferentes atividades que foram se adaptando ao local, com destaque para a cana-de-açúcar, mas também para o café, algodão, gado, policultura alimentar, etc.

Outro importante fato a considerar é que devido à qualidade ambiental do Brejo, em relação ao solo, recursos hídricos e adensamento populacional em muitas pequenas e médias cidades, terminou por tornar a terra muito valorizada, em relação às demais microrregiões do Agreste semi-árido que ficam no entorno do Brejo.

Outro ponto de importância foi à participação ativa em alguns projetos que o SEBRAE vem desenvolvendo nesta Microrregião, pois, a partir deste pode-se visualizar as diversas mudanças que vem ocorrendo no Brejo, pautados no desenvolvimento da comunidade, a partir de elementos que já existem ou são colocados neste espaço, a exemplo dos projetos de turismo rural, cultural, religioso; projetos de floricultura, caminhos do frio, entre outros.

Os engenhos e a colonização

O início da invasão e ocupação do território brasileiro obedece a lógica do movimento do comércio pelos portugueses com a Europa Central e Setentrional. Ocupando de modo diferente as Américas (Brasil), os países asiáticos e africanos. Portugal inicia sua exploração no Brasil com o Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*), mas com projetos para a viabilidade da agricultura e a extração dos minerais (ANDRADE, 1998).

A distribuição de terra inicialmente foi por meio das capitânicas hereditárias, entretanto sua efetiva distribuição foi pela forma de sesmaria, que eram grandes

latifúndios que em sua maioria os proprietários eram pessoas ligadas ao governo (ANDRADE, 1998). As sesmarias não obedeciam a um critério padrão, assim suas medidas poderiam variar muito a extensão das terras, suas demarcações foram feitas de modos irregulares. Assim, o Brejo Paraibano foi territorialmente definido enquanto um espaço agrário demarcado pelas sesmarias, permitindo que apenas uma minoria de latifundiários tivesse acesso a terra como propriedade (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997).

Andrade (1998) admite que a problemática das sesmarias se dava entre o grande latifundiário, o proprietário das terras e o desbravador humilde, pois, este que se alocava em lugares menos acessíveis, para por o roçado. Assim, denota-se a existência do conflito pela terra, pois o latifúndio-monocultor era regularizado e protegido por lei, enquanto que o pequeno agricultor era marginalizado pela lógica do sistema sesmarial.

O sistema de sesmaria chegou ao fim com a Lei de Terra, que é assinada por D. Pedro I em 1850. O sistema de sesmaria foi modificado pela direito de posse, a partir daí as terras eram compradas por meio de contratos. Isso muda a forma, mas não o conteúdo, continuando assim o Brasil um país de grande concentração latifundiária (ANDRADE, 1998).

O Brasil, indiretamente regulamentava o latifúndio, só em áreas de migração de grupos europeus que existiam pequenas propriedades, tais como, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nessas pequenas áreas pôde-se observar uma diversificação da agricultura (ANDRADE, 1998). No entanto, os brejos serranos da Paraíba, apesar de concentrarem as terras em mãos das elites agrárias locais, terminaram por propiciar uma diversidade agrícola que culminou uma dinâmica rural diferenciada em relação ao restante da Paraíba.

Para Andrade (2007), a monocultura da cana-de-açúcar foi um elemento marcante para a consolidação dos grandes latifúndios no Brasil, principalmente no atual Nordeste, na Capitania de Pernambuco e na sede do império, a Capitania da Bahia, obtiveram grande desenvolvimento, sendo no início do século XVI as principais capitanias do Brasil onde existia a maior produção de açúcar.

Segundo Andrade (2007) das mais diversas ilhas de exploração econômica que passou o Brasil, tais como: pau-brasil, açúcar, gado, algodão, ouro, café, etc. É o da cana-de-açúcar que mais marcou, pois sua cultura subsiste a mais de cinco séculos

nas terras brasileiras, influenciando diretamente na organização familiar, na cultura, arquitetura e religião.

Esta sociedade chega a tal ponto de Freyre (1975) a chama de “Civilização do Açúcar”, considera que esta sociedade se destaca em diversos aspectos, que estão registrados em seus livros escritos, entre eles: Casa Grande & Senzala; Sobrados e Mocambos; Nordeste, entre outros.

Foi o capital estrangeiro que impulsionou o desenvolvimento dos engenhos, da produção e do transporte dos produtos, os principais financiadores foram segundo Andrade (1994) os judeus - portugueses que haviam se transferido para a Holanda. Os holandeses que forneciam escravos africanos, e controlavam o comércio do açúcar, transportando dos portos coloniais até os portos do Mar do Norte.

Para Andrade (1994), os senhores de engenho ficavam nas mãos dos comerciantes, que se estabeleciam nas cidades portuárias e controlavam o comércio de importação e exportação nos portos. Esses comerciantes ou comissários financiavam vários produtos como alimentos ou algum equipamento para o engenho quando o não estava em funcionamento e isso gerava inovações técnicas, porém aumentava as dívidas dos senhores de engenho.

Os comissários eram ressarcidos com o açúcar produzido, sendo que estes comissários acresciam altos juros. Assim o proprietário ficava muitas vezes endividado, o que fazia aumentar o valor de uso do engenho para os pequenos proprietários, ou então vender parte de suas terras.

Andrade (1994) argumenta ainda que a grande propriedade era fracionada principalmente pela sucessão hereditária, estabelecendo assim lotes em que pudesse funcionar o engenho, que serviria para a manutenção da família. Em alguns locais a partilha era quase sempre reagrupada na medida em que arranjos familiares eram estabelecidos pelos casamentos arranjados pelas famílias dos senhores de terra. Este é um fato no Brejo Paraibano.

Esse desenvolvimento tornou-se conflituoso entre o proprietário do engenho, que controlava a produção e os lavradores, que se dividiam em dois grupos: os que possuíam alguma terra, mas não tinham os meios de produção e os que não tinham terra e pagavam pelo aluguel da terra e do engenho.

Em relação ao meio técnico como transformador do espaço, a partir do século XIX se iniciaram transformações lentas, que se intensificaram na segunda metade do século XX, assim considera-se que essas mudanças foram no tocante à energia de

movimentação, o tipo de cana e a forma do produto. Enquanto o engenho do século XVI - XVIII funcionava com força de tração animal, ou água, seu principal tipo de cana foi a crioula e a produção foi de açúcar mascavo (MOREIRA; TARGINO, 1997 ; ANDRADE, 1994)

Para Moreira e Targino (1997), no século XX o engenho-bangüê tornou-se engenho central, estes já funcionavam com a energia a vapor, seu principal tipo de cana foi a Caiana (*Saccharum officinarum*) e a produção foi de açúcar branco. Entretanto estes engenhos tinham a característica de só beneficiar a cana. Com o desenvolvimento e pelo modo de operacionalização dos engenhos centrais que não detinham terras, e ficavam a mercê da produção de outros lugares para o beneficiamento da cana, isso causava certa instabilidade, esses engenhos se transformam em usinas ou destilarias, essas possuíam grandes propriedades, produção de cana e ainda compram a produção de outros para a fabricação de açúcar branco ou de álcool respectivamente. (ANDRADE, 1986)

Segundo Andrade (1998) com a independência do Brasil, o final do século XIX marcou uma mudança no espaço de produção da cana, que outrora era concentrado no nordeste, passa agora para áreas com maior concentração de pessoas, a exemplo de São Paulo, onde irá concentrar grandes propriedades de plantação de cana, bem como grandes usinas e destilarias.

Para Andrade (1994;) o século XXI surgiu com a característica dos programas de energias sustentáveis, limpas, e outra vez a cana-de-açúcar foi valorizada pelo potencial para o bicomustível, e mudanças e transformações ocorreram em todos os estados com características de terem plantações de cana-de-açúcar, em grande ou em pequena escala e que essa cultura é marcante no Brasil.

Brejo paraibano uma área de exceções.

No Nordeste a expressão Brejo tem diferença das regiões úmidas e semi-úmidas, estas consideram áreas encharcada e/ou pântano. O Brejo nordestino tem a característica de ser uma área úmida “ilhada”, com floresta semelhante à mata Atlântica.

Como os Brejos dependem em grande parte da circulação atmosférica e como esta depende no Nordeste de três massas de ar – a Tropical Atlântica (TA), a Equatorial Continental (EC) e a da Frente Intertropical (FIT) – estas massa, ao se deslocarem percorrem caminhos entre vertentes dos vários maciços montanhosos, umedecendo-as. Formam assim brejos que se limitam à calha entre duas encostas, com vertentes

muito inclinadas e que descem dos pontos mais altos até quase o pediplano. Classificamos estes brejos, onde existem culturas de bananeiras, de Brejo de Vales. (ANDRADE, 1998, p.41).

Na Paraíba a Microrregião do Brejo encontra-se na Mesorregião do Agreste paraibano, se distingue como uma mancha úmida que se encontra na escarpa oriental do Planalto da Borborema, um maciço formado por rochas cristalinas (pré-cambrianas), elemento de maior visibilidade da paisagem, sendo recortado pelo vales de rios e riachos. A escarpa oriental tem o alinhamento de sua direção é no sentido SW-NE, que nas cotas de 200 para 300 metros são de forma abrupta elevadas para as cotas de 600 metros.

Segundo Moreira; Targino (1997) o processo de ocupação do Agreste se inicia no século XVII por causa da atividade açucareira, pois esta fez uma separação entre a cana e a pecuária bovina, que eram inicialmente juntas no litoral, mas com o aumento do consumo de carne, a pecuária teve que ser colocado no interior do estado, “o Litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidos no Sertão e no Agreste” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 79)

Moreira; Targino (1997) argumentam que a efetiva ocupação do Agreste se deu por meio de uma retração da economia açucareira, pois a mão-de-obra dos engenhos, formados por lavradores, trabalhadores livres ou moradores, que segundo Moreira (1990 apud MOREIRA;TARGINO, 1997) estes trabalhadores passaram a dedicar-se ao cultivo de alimentos tais como: milho, feijão, fava , mandioca).

Para Andrade (1998) e Moreira; Targino (1997) é a cotonicultura que vai trazer uma dinâmica para a região do Agreste em meados do século XVIII. Esta região também foi marcada por ser uma região policultura, com o café, o sisal, a cana, o fumo. Onde a cana e o café se restringiram na região do Brejo.

A ocupação do Agreste Alto (o Brejo) segundo Moreira e Targino (1997) foi retardada pela uma série de fatores que dificultava a sua ocupação, tais como: a vegetação densa, tipo floresta; o relevo irregular; a presença de indígenas e a falta de capital, mesmo assim já no século XVIII já existiam engenhos nesta região (MELO, 2008; ALMEIDA, 1994).

Com as migrações dos criadores de gado, vindos do sertão nas grandes secas ou no caminho para o litoral, faziam pouso e se instalavam juntos dos vales dos rios. Assim surgiram áreas de produção para o abastecimento destes, já século XVIII com o

aumento da produção de algodão no Sertão dar-se uma grande importância aos produtos do Brejo.

Surgindo assim uma divisão territorial de trabalho, onde há uma diferença do litoral com a produção de açúcar e do Sertão com o gado e algodão¹. Enquanto o Brejo produzia alimentos (roçado), rapadura e a cachaça, a rapadura que passou a ser alimento básico do sertanejo junto com a farinha e/ou com queijo (ANDRADE, 1998).

O Brejo é caracterizado economicamente por ciclos, é importante ressaltar que estes ciclos eram margeados pela a produção de alimentos para a subsistência. Moreira e Targino (1997) apresentam os seguintes ciclos: a cotonicultura, a cana-de-açúcar, o café e a cana-de-açúcar novamente. Entender esses ciclos econômicos é compreender a organização espacial a sua produção e seu modo de reprodução.

A cotonicultura iniciou-se no início do século XIX, impulsionado pela a necessidade de algodão pelas indústrias inglesas, com o afastamento dos Estados Unidos da América da produção de algodão. A produção de algodão dava-se com outras culturas de subsistência. A mão-de-obra utilizada inicialmente era a escrava, que logo fora substituída pelos trabalhadores livres e depois pelos assalariados (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A produção do algodão começa a decair na década de 1860, com o advento dos Estados Unidos na cultura do algodão. O período de auge na cotonicultura foi importante para consolidar algumas cidades, outra característica importante da cotonicultura foi que com a quebra da produção do algodão, o capital acumulado foi à base para a construção dos Engenhos.

Assim, desenvolveu-se no Brejo Paraibano o engenho para a produção de rapadura, melaço e cachaça, mercadorias para o comércio local, em rotas de tropeiros que complementavam o comércio de leite, queijo, carne-de-sol e couro. Nesse contexto do processo de ocupação do Brejo, a cana-de-açúcar foi essencial e com ela as serras e vales foram tomados pela monocultura canavieira e centenas de pequenos engenhos ou engenhocas com seus alambiques tocaram um desenho nunca visto nesta paisagem de matas serranas exuberantes, similares à floresta atlântica do litoral.

Os engenhos do brejo se caracterizaram pela produção de rapadura e da cachaça para o consumo local ou regional, e nesses engenhos também era normal às plantações de roçados, o que se diferenciava das áreas de litoral ou do sertão

¹ Moreira e Targino (1997) afirmam que tanto no Litoral como no Sertão existia a produção de alimentos, mas muito pequeno, no litoral, pela a exclusividade a cana; e, no Sertão pela condição edafo-climática desfavorável.

nordestino, onde a cultura da cana para açúcar e a criação de gado respectivamente. No começo era o trabalho escravo ao lado dos trabalhadores familiares livres e pobres que moravam nas terras dos senhores de engenho.

No Brejo as engenhocas de produção de rapadura e cachaça, estavam constantemente ao lado das fruteiras e roçados. Pela sua irregularidade no relevo, esta região tem como característica a formação técnico-econômica, pelos engenhos em áreas menores que no Sertão e Zona da Mata, mas com a grande diferença que estas áreas eram utilizadas também para a produção diversificada.

Entretanto, no final do século XIX alguns acontecimentos fizeram com que a cultura da cana no Brejo sofresse uma forte crise, foram estas: a criação de açudes a combate a seca no Sertão, a mesma começou a produzir a rapadura em pequenos engenhos localizados perto dos açudes; o aumento de imposto da rapadura que saia do estado, dificultando assim as vendas para o estado do Rio Grande do Norte e; as doenças que atacavam os canaviais, como a praga da “gomose”, que parou os engenhos por diversas colheitas (MOREIRA; TARGINO, 1997)

Com essas dificuldades os senhores de engenhos tiveram que investir em uma atividade que despontava no cenário internacional, o café. Já no século XIX houve uma grande expansão dos cafezais, pelo seu clima com condições favoráveis para a plantação, a exemplo dessa expansão é que a cidade de Bananeiras no Brejo Paraibano registra pela década de 1920 a produção de 1 (um) milhão de sacas de café (MELO, 2008)

Foi a produção de café que impulsionou a chegada do trem até a cidade de Bananeiras, a linha férrea fora planejada para chegar até Picuí, cidade que faz divisa com o estado do Rio Grande do Norte, entretanto a linha férrea parara na cidade de Bananeiras, na década de 1920. Algumas crises tanto econômicas como de pragas natural fizeram com que essa produção declinasse. Os grandes cafeicultores deram um grande impulso nas pequenas cidades, com os suntuosos casarões, onde demonstravam o poderio.(SILVA, 1997)

Com a crise no café, o Agreste – Brejo voltou a sua base agrária, a agricultura, gado e cana (MOREIRA; TARGINO, 1997). Neste momento a Paraíba tem o advento na cultura canavieira as Usinas (ANDRADE, 1997; MOREIRA; TARGINO, 1997). Já na década de 1930 são implantadas duas usinas na região do Brejo a Usina Tanques na cidade de Alagoa Grande e a Usina Santa Maria na cidade de Areia.

No Brejo a relação entre os senhores de Engenhos e a Usina é conflituosa, pois os engenhos passaram a ser fornecedores de matéria para as usinas, ficando assim submissa aos preços impostos pela usina. Para confrontar esta imposição, muitos engenhos começaram a plantar juntos a cana e o agave. Bernardes (1958 apud MOREIRA; TARGINO, 1997) vai chamar de “uma das mais bizarras combinações agrícolas jamais vista no Brasil”.

Na década de 1950 Andrade (1997) identificou três usinas na região do Brejo, no Brejo baixo as usinas Tanques, fundada em 1926 e a São Francisco, fundada em 1948 na cidade de Pirpirituba². Já no Brejo alto, está a usina Santa Maria, fundada em 1931.

Com a queda da produtividade na cultura do agave em meados do século XX, os engenhos do Brejo ficam com suas pequenas produções de rapadura e cachaça. Assim a produção canavieira só teve uma melhora com a implantação do Proálcool em 1975, que segundo Moreira e Targino (1997) redefiniu a zona canavieira no Estado, graças aos subsídios fornecidos pelos governos para a produção e industrialização da cana.

Para Mariano Neto (2006) o período do Proálcool, entre as décadas de 1970 e 1980, é marcado por uma grande migração da população rural para as cidades, visto que agora era utilizada uma mecanização com maior intensidade. Bem como conflitos pela terra eclodiram e perduraram por quase duas décadas, na luta de pequenos agricultores pela posse da terra.

Depois de mais uma década de grande crescimento a cultura da cana mostrava sinais de diminuição, por causas naturais, pela falta de chuva, pela má administração dos empreendimentos, principalmente as usinas, que tinham conseguido grande crescimento econômico e territorial, com a anexação de terras de engenhos. Sem os incentivos do governo, e a cobrança de dívidas o setor entra numa crise, que culminará que a decretação de falência de várias empresas da cultura canavieira.

Para Mariano Neto (2006) e Moreira e Targino (1997) com a falência dos grandes produtores da cana, há um novo desenho territorial, desenho este traçado por meio de lutas. Pois com o endividamento trabalhista de engenhos, usinas e destilarias, estas foram vendidas a Governos do Estado, que fez as reformas agrárias, assentando principalmente ex-trabalhadores da cana e que viviam como moradores das terras.

² O município de Pirpirituba não se encontra na microrregião do Brejo, mas Andrade (1997) vai considerar como Brejo baixo, já que esta cidade encontra-se nas proximidades do Planalto da Borborema, na microrregião de Guarabira.

Muitos desses agricultores iniciaram seus roçados para a agricultura de subsistência, mas pela carência de apoio técnico, esses passaram por momentos de dificuldades, bem como o uso exagerado de tóxicos e práticas irregulares como é apresentado por Mariano Neto (2006) dos testemunhos de pequenos agricultores do Brejo Paraibano.

Depois dessa demarcação histórica, no presente, o Brejo é tocado por uma diversidade de ações, onde sua grande concentração está no campo, muitos antigos engenhos, onde as ruínas testemunham uma mudança nas práticas, se tornaram assentamentos dos sem terra, e no lugar da monocultura canvieira surgiram às múltiplas possibilidades de uso da terra.

Mas recentemente com a construção de estradas que ligam com mais facilidade a outras cidades e a capital do estado, facilitou a um maior escoamento de produtos de rápida deterioração, como os produtos agrícolas. Com a facilidade de locomoção surgiu o desenvolvimento das casas de veraneio ou descanso e do turismo de pessoas que vivem na capital ou em centros populosos, o que também impulsionou a construção em algumas cidades de hotéis ou pousadas, muitas vezes com incentivos do governo.

Atualmente o Brejo Paraibano passa por um período onde há um novo (re)significado, tanto dos pequenos produtores rurais em diversas ações, bem como nos novos atores sociais que iniciam novas atividades econômicas nesta região.

Resultados

A (re) produção do espaço no Brejo Paraibano - novos desenhos

Para Corrêa (1990) a geografia ciência social tem por objeto a sociedade, e seus estudos são concedidos a partir de sua organização espacial. Esta seria a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva (primeira natureza) transformada pelo trabalho social. No processo de produção deve-se pensar na sua continuidade. Assim é necessário criar no próprio processo de produção a continuidade, ou seja, o processo de reprodução.

Assim na produção do espaço condição de reprodução é a garantia para a sobrevivência do modo de produção, bem como da impressão deste na paisagem, Corrêa (1990, p.55) afirma: “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro”.

O Brejo Paraibano em seu processo de produção é marcado pela concentração de terras, e com todos os ciclos econômicos que passaram, e sendo o último a cana-de-açúcar, para a produção da rapadura e de cachaça. Assim as suas organizações espaciais criam condições para o desenvolvimento de diversos segmentos na sua atualidade.

Entendemos a idéia de desenho a semelhança de Mariano Neto (2006), onde trabalha com vertentes político-culturais e econômico-ambientais, estas expressas na paisagem. Num foco da diversidade de ações que são criadas e incorporadas no cenário do Brejo Paraibano. Deste modo, tentar-se-á propor como novos desenhos atividades que até então não eram exploradas, e que deram uma nova dinâmica e um novo desenho na organização espacial do Brejo Paraibano.

A partir da idéia proposta é de analisar as seguintes atividades, tais como: A agricultura agroecológica; o desenvolvimento do turismo.

A Agricultura Ecológica

Mariano Neto (2006) afirma que a agricultura agroecológica surgiu no cenário do Agreste/ Brejo Paraibano em 1992, em pequenos sítios, estes buscavam uma nova maneira de produzir alimentos mais saudáveis, com técnicas que não afetassem tanto o meio ambiente, e que sua produção pudesse responder a uma nova demanda de produção de alimentos orgânicos.

Segundo Mariano Neto (2006, p. 29), “a agricultura ecológica em seu estágio orgânico é tida como um sistema sócio-ambiental de produção agrícola em que agroquímicos devem ser substituídos pelos recursos internos, encontrados na propriedade ou em sua proximidade”.

A agroecologia no Agreste/Brejo Paraibano tem um grande incentivo de organizações não governamentais como apresenta Mariano Neto (2006) e Freire et. al. (2006), estas foram articuladas pelas seguintes entidades: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriada às Comunidades (PATAC); Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento/França (CIRAD); Unidade Técnica Objetivando Práticas Inovadoras e Adaptadas (UTOPIA); CARITAS, pelo movimento sindical local (Pólo Sindical da Borborema); e, mais recentemente, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A agricultura agroecológica é no Agreste/Brejo tipicamente familiar de proprietários com terras de 0,5 a 30 ha. Por serem pequenos agricultores os mesmos se uniram em diversas ações para fortalecer a comercialização e a disseminação da cultura agroecológica. Os municípios que mais se destacam na produção agroecológica são os municípios de Esperança, Areial, São Sebastião de Lagoa de Roça, Montadas, microrregião de Esperança; Casserengue, na microrregião do Curimataú Oriental; Arara, Algodão de Jandaíra, Remígio na microrregião do Curimataú Oriental; Serra Redonda, Massaranduba, Puxinanã, Serra Redonda, Campina Grande, Lagoa Seca e Queimadas na Microrregião de Campina Grande; e, Serraria, Pilões, Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Mantinhas na microrregião do Brejo Paraibano (MARIANO NETO, 2006).

A produção agroecológica é vendida em feiras agroecológicas, estas são formadas pelos agricultores, políticos e ambientalistas, que são consumidores e propagadores da agricultura agroecológica. Estas feiras identificadas segundo Mariano Neto (2006) nas seguintes localidades: Lagoa Seca, Esperança, Remígio, Campina Grande, Cajazeiras, Aparecida e João Pessoa.

A agricultura orgânica ainda carece de um maior incentivo de políticas públicas, mas é observado que segundo Mariano Neto (2006) e Freire et al. (2006) a agricultura ecológica tem uma importância social na permanência do agricultor no campo, bem como as suas futuras gerações.

O Desenvolvimento do Turismo

O turismo é a atividade que mais cresce no mundo, os desembarques em aeroportos vêm aumentando cada vez mais. Uma atividade que relaciona as pessoas a lugares diferentes de seus convívios, assim é uma atividade que gera mudanças espaciais, já que dependendo do segmento do turismo da área de estudo, deverão ser construídos ou adaptados diversos aparelhos no atrativo.

O turismo no Brejo Paraibano é uma atividade nova, apesar de que Andrade (1998) na década de 1990 já indicava que as regiões de Brejo teria vários atrativos, assim trás os exemplos do Brejo Pernambucano. Explica ainda que através das obras de infra-estrutura o Brejo passou a ser mais acessível, assim aumentando o fluxo de pessoas.

Estudos mais recentes realizados por Rodrigues, Mariano Neto (2007; 2008); Mariano Neto; Rodrigues; Freire (2007) traz uma análise do turismo a partir de uma

perspectiva geográfica, onde fazem um dialogo das observações e participação com os atores de mudança.

Segundo Rodrigues; Mariano Neto (2007) o turismo no Brejo Paraibano vai tomar uma real forma e importância com a participação do SEBRAE, com um projeto intitulado 'Roteiros Turísticos – Brejo Paraibano. Sua metodologia é a união de diversos atores sociais de diferentes municípios e formando um grupo de trabalho e decisões. O SEBRAE entra com financiamento de Capacitações, material de impressão, articulação com diversos segmentos sociais, tais como: O Governo do Estado, Organizações Não Governamentais ligadas ao desenvolvimento de regiões por diversos meios.

A partir do início do século XXI, aproximadamente no ano de 2004, é discutido a implantação de um projeto turístico denominado "Nos Passos do Padre Ibiapina", estes projeto teve como idealizadores o SEBRAE, o Governo do Estado da Paraíba, A Diocese de Guarabira (Igreja Católica) e a Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSCIP) PARA'IWA.

Este é um projeto que tenta elaborar várias rotas de peregrinação, entre dois monumentos do sagrado Católico, que seriam o Memorial Frei Damião em Guarabira e o Santuário de Santa Fé no município de Solânea. Esta rota perpassa por treze municípios, na sua maioria nas zonas rurais. Este projeto tem como figura central o Padre Ibiapina, um padre que fez diversos benefícios no Nordeste. Nasceu em Sobral/CE em 1806 e morre em 1983 em Santa Fé Distrito do Município de Solânea.

Este roteiro busca uma semelhança com os Caminhos de Santiago de Compostela, na Europa, um roteiro de vários séculos. Atualmente observa-se que os Caminhos do Padre Ibiapina (como é mais conhecido) estão de certa maneira em desuso, pois são poucas pessoas que conhecem este roteiro, e existe também uma má articulação entre a Igreja Católica, responsável pela manutenção. Mesmo assim grupos de turistas vêm caminhar por esta rota que mostra uma diversidade ambiental.

Esta região é historicamente utilizada com as plantações de cana-de-açúcar e transformada em produtos como melaço, rapadura, cachaça e aguardente, o que favorece o turismo que já acontece, por outros atrativos, pois com a história da colonização do Brasil e da Paraíba essa região desperta um crescente número de visitantes, em especial pela topografia serrana, com temperaturas agradáveis, com cachoeiras, unidades de conservação ambiental, engenhos em pleno funcionamento ou falidos e usinas do setor suco-alcooleiro.

A partir do projeto de regionalização do Ministério do Turismo iniciado em 2004, visando o desenvolvimento do turismo por meio da descentralização, da coordenação integrada de diferentes segmentos da sociedade e com uma maior flexibilidade nas decisões, valorizando o local (BRASIL, 2004) formaram-se varias regiões turísticas pelo Brasil. Neste mesmo ano iniciou-se um debate sobre a viabilidade de um projeto de roteiro integrado que trabalhasse a parte mais central do Nordeste brasileiro, a saber, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

A partir daí, o SEBRAE, Serviço Nacional do Comercio (SENAC) e Fundação Gilberto Freyre baseados em obras do Gilberto Freyre, que descreve um período histórico da construção do Brasil, o qual denomina-se de “Civilização do Açúcar” (FREYRE, 1975), e da importância desta para a formação histórica do Nordeste. No caso paraibano e especificamente da Microrregião do Brejo, vários atores sociais e instituições públicas (prefeituras, pesquisadores, proprietários de engenhos e de negócios privados) foram movimentados para a viabilização desses roteiros integrados.

O Nordeste brasileiro é uma das regiões historicamente discutidas, e ao mesmo tempo pouco conhecida pela sua diversidade ambiental e cultural (ANDRADE, 1986), a qual vem atraindo pessoas de diferentes áreas para o turismo. O Brejo paraibano por ser uma área de peculiaridade ambiental com muita umidade e solos férteis passa por um significativo processo de desenvolvimento da atividade turística, principalmente ligada ao meio rural - cultural. No campo do Turismo a questão relativa ao universo cultural expresso na região canavieira, marca profundamente a vida das pessoas e a paisagem local, interferindo na economia e nos sabores que a cachaça, rapadura e melão deixam escapar dos engenhos.

Por ser um projeto de integração dos três Estados (Alagoas, Pernambuco e Paraíba) nordestinos, foi importante ressaltar o levantamento de cada atrativo individual. Na Paraíba, com maior enfoque para o Brejo, no qual, foram realizadas duas reuniões de multiplicação de acordo com o plano de implementação de “Roteiros Integrados” do Ministério do Turismo, além de visitas técnicas aos engenhos. Em muitos engenhos já existia o fluxo de turistas, em outros, seus proprietários tinham o desejo de fazer essa implementação.

A Fundação Gilberto Freyre, em Recife-PE foi responsável pela multiplicação de conhecimentos culturais, principalmente as contidas nas obras de Gilberto Freyre, estes conhecimentos foram apresentados em diversos seminários, nos quais se reuniram os interessados no projeto “Civilização do Açúcar”. Foram abordados vários

temas, entre os quais, arquitetura, patriarcalismo, religião, moda, interferências holandesa, judaica, economia açucareira, hospitalidade, entre outros.

O Roteiro “Civilização do Açúcar” é denominado na Paraíba de “Caminhos dos Engenhos” congrega doze municípios³ (mas poderão ser acrescidas de outros), desde o litoral ao interior, com mais de vinte engenhos catalogados, dentre os quais alguns já recebem turistas. Andrade (1986), parafraseando Gilberto Freyre sobre a importância de se conhecer culturalmente, que entender o processo de colonização e a sociedade açucareira é entender a formação do povo nordestino e brasileiro.

É importante ressaltar que, com esta roteirização, o Brejo Paraibano ganha força para a estruturação efetiva de outros projetos turísticos, formando assim uma verdadeira rede de integração em variadas perspectivas.

O projeto “Caminhos dos Engenhos” esta numa fase de estruturação, mas por já existirem vários locais que recebem turistas, já estão sendo oferecendo pacote turístico por agências do próprio Estado da Paraíba, indicando assim um fluxo de pessoas com interesse nestas atividades, o que fortalece a busca por investimentos regionais.

Outro projeto ligado ao Brejo Paraibano é o projeto “Caminho do Frio - Rota Cultural”. Os organizadores visam trabalhar com a cultura local, utilizando-se de oficinas, cinemas, *shows* que ocorrem em seis municípios⁴ do Brejo paraibano. Entre os meses de julho e agosto (período com as menores temperaturas).

Este turismo rural rompe com o cotidiano, em que engenhos, rapadura e cachaça, marcam no presente a continuidade de um modo de vida de um período em que a aristocracia açucareira dominou a Região do Nordeste canavieiro por aproximadamente dois séculos, testemunho de uma “civilização” que imperou no Nordeste brasileiro. Assim, a Geografia estabelece uma linha de pesquisa que configura o Brejo paraibano, enquanto importante espaço geográfico em que o turismo seja: rural, religioso, ou ambiental, se estabelece na região pesquisada.

Em março de 2008 foi fundado o Fórum Regional de Turismo Sustentável Brejo Paraibano que tem como participantes órgãos governamentais nas instâncias estaduais e municipais, comerciantes dos mais variados setores da economia. O Fórum tem objetivo de desenvolver o turismo regional, respeitando a peculiaridade de cada município.

³ Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Baía da Traição, Bananeiras, Borborema, Conde, Cruz do Espírito Santo, Mamanguape, Pilões, Pirpirituba, Rio Tinto e Serraria.

⁴ Bananeiras, Areia, Pilões, Serraria, Alagoa Nova e Alagoa Grande.

Considerações finais

A partir deste trabalho, evidencia-se que a construção histórica do Agreste/Brejo Paraibano que foi pautado no latifúndio–monocultor, que não se avançou nas questões tecnológicas, vindas assim existir uma falência e o desaparecimento destas culturas. Assim surgiu à questão que a produção latifúndio-monocultor não conseguiu continuar sua reprodução, e deixou profundas marcas na paisagem.

E por certas forças e acontecimentos o processo de reprodução social, não continuou o mesmo e novos arranjos estão se constituindo. No caso dos engenhos e da cultura canavieira as terras foram desapropriadas e desconcentradas, assim passando das mãos de poucos para as mãos de muitos, criando um novo desenho, onde a idéia de espaço vívido e de amor a terra torna-se mais forte.

Com a inserção da Agroecologia os aspectos de ligação do pequeno produtor com a terra são reforçados, criando espaços de organização de associações de moradores/ trabalhadores rurais, na busca de um melhor modo de vida e da fixação do homem no campo.

No caso do Turismo, existem muitas indecisões, pois a região tem grandes atrativos, mas estes têm que incorporar certas estruturas, que ora depende da população, ora dos governantes. Mas já se faz notório que essa atividade pode ser um grande impulso na geração de renda.

A organização espacial do Brejo Paraibano passou por uma brusca mudança a aproximadamente três décadas, na sua atualidade essa organização espacial imprimi o desenho da pequena propriedade e do agricultor familiar, que em certas áreas tornam-se pequenos empreendedores na arte dos sonhos e da terra.

Referências

ANDRADE, Manoel C. de. **Mordenização e Pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

ANDRADE, Manoel C. de. **O Rio Mamanguape**. João Pessoa. SEC / Editora Universitária UFPB: 1997, 72 p. (Os Rios-do-Açúcar do Nordeste Oriental)

ANDRADE, Manoel C. de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas/SP. Papius: 1998, 77p. (série educando)

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Civilização Açucareira. In: Quintas. Fátima (org.) **A Civilização do Açúcar**. Recife: SEBRAE e Fundação Gilberto Freyre, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil**: Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

FREIRE, Cleityane Sabino; MARIANO NETO, Belarmino; Silva, Josivaldo. A Introdução da Agroecologia na Microrregião do Brejo Paraibano. In: **SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABO VERDIANO**, 33, João Pessoa - PB. Anais. João Pessoa: LDMI-UFPB, 2006.1 CD-ROM.

FREYRE, Gilberto. **A Presença do Açúcar na Formação Brasileira**. (Coleção Canavieira, 16). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande/ Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

MARIANO NETO, Belarmino; RODRIGUES, Leandro Paiva do M; FREIRE, Cleityane S. Roteiros Integrados “Civilização do Açúcar” : Os Caminhos dos Engenhos na Paraíba. In: Cultura no Espaço Rural, 2007. Piracicaba. **Anais 6º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: FEALQ, 2007. p.171-176.

MELO, Kerssia L. S. **O universo geográfico da cachaça no Brejo Paraibano: Engenho Goiamunduba**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008.

MOREIRA, Emilia de R. F. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária-UFPB, 1997.

RODRIGUES, Leandro Paiva do M; MARIANO NETO, Belarmino; PAZERA JR, Eduardo. Paisagem e Turismo em Ambientes Rurais: As Trilhas do Padre Ibiapina no Brejo Paraibano. In: **SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABO VERDIANO**, 118, João Pessoa - PB. Anais. João Pessoa: LDMI-UFPB,2006.1 CD-ROM.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **Geografia Cultural, Paisagem e Turismo: As Trilhas do Padre Ibiapina no Brejo Paraibano**. 2007. 63f . (Relatório de Pesquisa do Programa Institucional de Iniciação Científica) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande

SANTOS. Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 237 p.

SANTOS. Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, M.L. **Bananeiras sua história e seus valores**. Gráfica do Ipê. Bananeiras, 2007.

Google Earth. Disponível em : <[_earth.google.com](http://earth.google.com)> acesso em 15 de maio de 2008.